

Já está pronto "lobby" militar

Porto Alegre — O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, informou ontem em entrevista concedida à Rádio Gaúcha, em Brasília, que já está à disposição dos constituintes quatro oficiais que integram a assessoria parlamentar do seu gabinete para prestar todas as informações sobre essas unidades das Forças Armadas, sempre que solicitados. Reafirmou Leônidas o ponto de vista contrário à alteração das normas que regulam o papel constitucional reservado à instituição, desde a Constituição de 1891.

Leônidas Pires disse ser «fundamental que se entenda que as Forças Armadas são instituições apolíticas, nacionais e se destinam à defesa da soberania, dos poderes constituídos, da lei e da ordem. As conceituações inseridas nos artigos da Constituição vigente são referendados pela história republicana e

assimiladas no acervo cultural da nação».

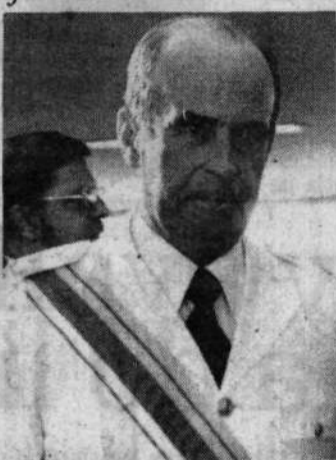
O general explicou que o Exército há muitos anos vem fazendo o acompanhamento dos trabalhos legislativos e que, durante a Constituinte, dedicará uma atenção especial ao processo.

— Como outros segmentos da sociedade brasileira, o Exército pretende, na apresentação dos pontos de vista da instituição, fazer tudo aquilo que se coaduna com o regime democrático, obedecendo os princípios éticos no restrito respeito aos ditames da lei.

Com isso, Leônidas Pires reitera a opinião de que a «Constituição Brasileira deve estar voltada para a perspectiva de grandeza do futuro do país e alicerçada na sabedoria da história». E justificou que «as épocas, as circunstâncias, os homens passam, mas o Brasil, protegido das ameaças e com liberdade, nós o desejamos eterno».

Deoclécio defende uma Constituição justa

Rio — O brigadeiro Deoclécio Lima de Siqueira defendeu ontem uma Constituição democrática, que reduza as grandes desigualdades do país, reflita os anseios da sociedade brasileira e garanta a estabilidade, à prova de conspirações contra a legalidade democrática. O ex-ministro do Superior Tribunal Militar, considerado na Aeronáutica «um verdadeiro discípulo de Eduardo Gomes», do qual foi chefe de gabinete, disse que confia nos constituintes e na sua «capacidade de definir com coragem uma nova Carta Magna que corresponda à grandeza da nação brasileira».



Brigadeiro não teme golpes

Ao responder a uma pergunta se ainda teme os movimentos golpistas que ocorreram no passado, o brigadeiro disse: «Hoje, a nação está mais amadu-

recida e tem condições de evitar os que conspiram contra a legalidade».

«Muitas vezes, as conspirações do passado foram estimuladas da área política, mas da nossa parte o melhor é que os militares brasileiros permaneçam voltados para as atividades das Forças Armadas, não se envolvam com a política partidária, porque ela deve ser exercida pelos políticos, que têm experiência e recebem mandato para esta atividade», disse o brigadeiro. Primeiro militar brasileiro a defender, ostensivamente, ainda na vigência do Ato Institucional número 5, a volta ao estado de direito, o brigadeiro Deoclécio afirmou que tem de se evitar daqui para diante, que ocorram os radicalismos do passado, que chegam a extremismos injustificáveis.

Poder de intervenção pode ser mantido

Campinas — O preceito constitucional que permite as Forças Armadas colocarem tropas nas ruas sem qualquer tipo de consulta ao Congresso, como ocorreu em Brasília, durante as manifestações contra o Plano Cruzado, ou no Rio de Janeiro, na greve geral de 12 de dezembro, deverá ser mantida na nova Carta a ser elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte. Vários fatores levam a essa conclusão, mas há um aspecto fundamental para garantir aos militares a manutenção do poder de intervenção determinado pelo artigo 912 da atual Constituição: enquanto eles se prepararem para conviver com as novas regras do jogo político — o que lhes permitiu deixar o Governo sem se afastarem do centro das decisões — os partidos continuaram vindo nas Forças Armadas apenas um componente do extinto regime autoritário. Assim, assuntos importantes para definir a função militar dentro do contexto democrático, como a doutrina de segurança nacional e a estratégia de relações internacionais, não são debatidos nos meios políticos, o que reforça as possibilidades de que, mesmo com um texto diferente, a futura Constituição não reduza a autonomia das Forças Armadas.

Essas considerações são do professor Eliezer Rizzo de Oliveira, da Unicamp, doutor pela Fundação Nacional de Ciências Políticas de Paris e considerado o maior especialista brasileiro no que se refere à participação política dos militares. Para Oliveira, a discussão desse tema pelos constituintes não deve «limitar-se à definição de que caberá às Forças Armadas a nossa defesa interna ou externa. A questão é muito mais profunda, porque é necessário discutir-se até que ponto a autonomia militar pode comprometer o regime democrático».

Para preservarem essa autonomia,

lembra o professor, as Forças Armadas contam com uma capacidade de pressão acentuada, através dos quatro ministérios militares e do controle do Conselho de Segurança Nacional e do SNI. «Os políticos, diz Oliveira, parecem não perceber que, mesmo sem exercer diretamente o Governo, o aparelho militar não deseja abrir mão dos espaços ocupados, como é o caso do CSN e do SNI, que são organismos civis militarizados».

De acordo com o cientista político, uma prévia dos efeitos que o poder de pressão das Forças Armadas poderá exercer sobre constituintes evidenciou-se na modificação que a comissão Afonso Arinos fez ao primeiro texto do anteprojeto de Constituição encomendado pelo Governo. Onde constava que as Forças Armadas defenderiam o País, a integridade territorial e os poderes constituídos, foi acrescido um trecho segundo o qual os militares «deveriam defender a ordem constitucional». Para reforçar essa pressão junto à Assembleia Nacional Constituinte, observa Oliveira, as Forças Armadas contarão com assessores parlamentares «bem preparados que estarão em contato permanente e sistemático com os deputados e senadores».

Eliezer Rizzo de Oliveira considera «democrático» o procedimento das Forças Armadas nessa atuação em defesa de seus interesses e destaca que, «se há algum culpado, são os próprios partidos políticos, que funcionam apenas nas eleições e não possuem doutrina sobre várias questões, entre as quais a da segurança nacional». Um claro exemplo desse despreparo, ressalta o professor, é a falta de resposta da classe política aos pronunciamentos nitidamente políticos dos ministros militares, «que executam a função interventora e querem que os constituintes a legitimem».



Dante anuncia pressão justa e democrática

Rio — O ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, anunciou ontem, no Rio, que pretende fazer um lobby justo e democrático na Constituinte para a reforma agrária, que «não é contra o capitalismo nem contra a iniciativa privada» e defendeu o «latifúndio da justiça social». Ele disse que a reforma será feita também nas terras da Igreja, que «são poucas, cento e poucos mil hectares». O Ministro almoçou com empresários na Associação Comercial do Rio de Janeiro e durante a entrevista sentiu-se um pouco embaraçado ao responder à pergunta de uma repórter por que após agora um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, depois de ter participado com tanta disposição da campanha das «diretas-já».

Dante de Oliveira, que justificou sua nova posição pelo compromisso com a transição democrática, reconheceu que a reforma agrária «não pode ser feita ao arrepio da lei». Admitiu, também, que o projeto encontra problema de recursos financeiros e carência de técnicos no Incra, que poderá fazer novas admissões, de acordo com critérios que terão de ser estudados.

Para este ano, por exemplo, a meta do Governo Federal era a de fazer o assentamento de 450 mil famílias, ampliando a reforma agrária, mas o Ministro disse que, pelos recursos disponíveis, talvez seja preciso reduzir este número para 80 a 100 mil. Ainda que indiretamente, ele responsabilizou a máquina federal pelo atraso da reforma agrária, e admitiu que pelo menos seu acompanhamento possa ser executado pelos governos dos estados e municípios.

Sindicatos deixam Sarney preocupado

«O PMDB, como partido majoritário em todo o país, precisa e deve concentrar sua atenção no setor sindical». Esta foi uma das sugestões feitas pelo presidente José Sarney ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara, da Constituinte e do PMDB. Sarney, segunda-feira, à noite, após a sessão da Assembleia Constituinte, visitou o deputado paulista, na sua residência oficial de presidente da Câmara.

O encontro foi considerado de «muito importante» por líderes e dirigentes peemedebistas, tendo em vista que nas últimas 48 horas houve recuo de obstrução do canal de comunicação entre a direção do partido e o Palácio do Planalto. As tentativas de setores «progressistas» do PMDB de alterar o funcionamento da Constituinte, colocando em recesso o Legislativo, não tiveram boa acolhida no Planalto.

Após a dupla eleição à presidência da Câmara e da Constituinte, com o recuo do PMDB na sua proposta de suspender a eleição e as atividades do Congresso, a visita de Sarney à residência oficial de Ulysses Guimarães está sendo considerada a «retomada dos entendimentos».

Insistência

O chefe do governo insistiu com a opinião de que o PMDB precisa ocupar todos os espaços na sociedade e atuar como participante ativo da formulação e das decisões do governo. Sarney mostrou a ministros e líderes do PMDB, presentes ao encontro, que o partido tem todas as condições para entrosar-se, concretamente, junto aos setores sindicais dos mais diversos.

Entre os que assistiram à conversa, ficou a impressão de que o presidente da República deseja que o partido majoritário atue mais diretamente junto às entidades dos trabalhadores, sob risco de, a cada dia, ceder espaços para PT e a CUT. O governo teme a radicalização de setores sindicais diante das dificuldades sócio-econômicas que o país atravessa. «A radicalização é o primeiro passo para a subversão» — observou um deles.

O encontro foi considerado «proveitoso», pelo clima de informalidade, apesar da hora — depois das 23 horas de segunda-feira. O presidente Sarney foi visitar Ulysses Guimarães em companhia do ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel. Participaram também do encontro os ministros Renato Archer, Celso Furtado e Raphael de Almeida Magalhães, o governador eleito da Bahia, Waldir Pires, e os deputados Pimenta da Veiga, Fernando Gasparian, Cid Carvalho e Heráclito Fortes, entre outros.

Líderes vão pedir receita municipal

Santos — Com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, os municipalistas brasileiros voltam a se articular, com o objetivo de reforçar não só as receitas municipais, mas também conseguir a autonomia de fato para os municípios. Nesse sentido, haverá no dia 12, em Brasília, uma reunião da Frente Municipalista Nacional e no dia 18 começa em São Paulo o 3º Congresso Estadual de Municípios.

A atuação dos municipalistas será em duas frentes. A primeira tratará junto ao Congresso Nacional de emendas e leis que garantam a curto prazo mais recursos para as prefeituras e a outra, mais abrangente, deverá tratar da questão a nível da Assembleia Nacional Constituinte, visando firmar os conceitos da verdadeira autonomia municipal, em seus aspectos políticos e econômicos.

A Frente Municipalista Nacional está comandando esse processo e deverá instalar um escritório em Brasília, para a agilização dos contatos com os constituintes. De imediato, as lideranças municipalistas reivindicam uma comissão específica para tratar da questão dos municípios brasileiros dentro da Assembleia Nacional Constituinte. A reunião que irá definir os rumos do movimento ocorrerá no dia 12, na Capital Federal, e deverá contar com a presença do presidente da Frente e governador eleito de São Paulo, Orestes Quércia.

Uma outra reunião da frente está marcada para o dia 20, em São Paulo, data do encerramento do Congresso Paulista de Municípios. Nesses dois encontros das lideranças nacionais, serão fechadas as reivindicações mais imediatas, além de se discutir as questões ligadas à Constituinte.